

# IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

COLUBHE  
  
2012

## Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares

12 A 15 DE  
JULHO DE 2012

INSTITUTO  
DE EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

*Organização:*

Maria João Mogarro

Maria Teresa Santos Cunha







# **IX** CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares

*Organização:*

**Maria João Mogarro**

**Maria Teresa Santos Cunha**

**LIVRO DE ATAS**

Título

**Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares.  
IX Congresso Luso-Brasileiro de História da  
Educação (Livro do Congresso)**

Organizadores

**Maria João Mogarro; Maria Teresa Santos Cunha**

Edição

**Instituto de Educação da Universidade de Lisboa  
Julho de 2012**

Projeto gráfico e paginação

**Pedro Serpa**

Impressão/gravação do cd

**Guide Artes Gráficas**

Fotografia da capa

**Liceu Pedro Nunes, Lisboa, Portugal**

Estúdio Mário Novais, s.d.

Colecção Estúdio Mário Novais

FCG – Biblioteca de Arte

ISBN

**978-989-96999-6-0**

Tiragem

**1000 exemplares**

# ÍNDICE

---

APRESENTAÇÃO	7
EIXOS TEMÁTICOS	9
MESAS COORDENADAS	11
Instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores	13
Rituais, símbolos, festas escolares	273
Os professores e a sua formação: da arte de ensinar às ciências da educação	411
Políticas educacionais, discursos pedagógicos, autobiografias	531
Leitura e escrita: rituais, materialidades	655
Património e museologia educativa: mobiliário, equipamento, materiais didáticos, iconografia	879
A historiografia da educação: contributos teóricos, abordagens metodológicas, fontes	907
Internacionalização, circulação e comparação: sistemas, currículos, pedagogias	1151
COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS	1279
Espaços, tempos, quotidianos, sociabilidades escolares	1281
Instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores	1685
Rituais, símbolos, festas escolares	3221
Os professores e a sua formação: da arte de ensinar às ciências da educação	3523
Políticas educacionais, discursos pedagógicos, autobiografias	3995
Leitura e escrita: rituais, materialidades	4973
Património e museologia educativa: mobiliário, equipamento, materiais didáticos, iconografia	5377
Testemunhos orais e memórias da educação	5921
A historiografia da educação: contributos teóricos, abordagens metodológicas, fontes	6571
Internacionalização, circulação e comparação: sistemas, currículos, pedagogias	7107
CONTACTOS DOS AUTORES	7522

## COMISSÃO ORGANIZADORA

### PORTUGAL

Maria João Mogarro | IE-UL – coord.  
Joaquim Pintassilgo | IE-UL  
Ana Isabel Madeira | IE-UL  
Luís Alberto Marques Alves | FL-UP  
Maria Teresa Santos | ECS-UE

### BRASIL

Wenceslau Gonçalves Neto | UFU (SBHE)  
Maria Teresa Santos Cunha | UDESC (GTHE) – coord.  
Décio Gatti Jr. | UFU  
Diomar das Graças Mota | UFMA  
Maria Stephanou | UFRGS

## COMISSÃO CIENTÍFICA

### PORTUGAL

Albérico Afonso Alho | ESE-IPS  
António Carlos da Luz Correia | UL  
Alberto Filipe Araújo | UM  
António Gomes Ferreira | FPCE-UC  
António Nóvoa | IE-UL  
António Teodoro | ULTH  
Áurea Adão | UIDEF-UL  
Cláudia Ribeiro | FL-UP  
Ernesto Candeias Martins | ESE-IPCB  
João Barroso | IE-UL  
Jorge Ramos do Ó | IE-UL  
José António Afonso | UM  
José Braz | ULHT  
José Eduardo Franco | FL-UL  
Justino Magalhães | IE-UL  
Luís Grosso Correia | FL-UP  
Luís Miguel Carvalho | IE-UL  
Margarida Felgueiras | FPCE-UP  
Maria Cândida Proença | FCSH-UNL  
Nelson Veríssimo | UMA  
Rodrigo Azevedo | CIIE-UP  
Sérgio Campos Matos | FL-UL

### BRASIL

Ana Chrystina Venancio Mígnot | UERJ  
Ana Maria Gonçalves de Freitas Bueno | UFS  
Antonio de Pádua | UFPI  
Alessandra Frota Schueler | UFF  
Ana Waleska Pollo Mendonça | PUC-Rio  
Beatriz Daudt Fischer | UNISINOS  
César Castro | UFMA  
Denice Catani | USP  
Diane Valdez | UFG  
Elizabeth Miranda Lima | UFAC  
Heloísa Helena Pimenta Rocha | UNICAMP  
José Gonçalves Gondra | UERJ  
Maria Cristina Gomes Machado | UEM  
Maria Elizabeth Blanck Miguel | PUCPR  
Maria Helena Câmara Bastos | PUCRS  
Maria Juraci Maia Cavalcanti | UFC  
Mariza Bittar | UFSCar  
Marlúcia Paiva | UFRN  
Vera Lucia Gaspar da Silva | UDESC  
Regina Simões | UFES  
Rosa Lydia Correa | PUCPR  
Tarcísio Mauro Vago | UFMG

## COMISSÃO LOCAL

Carlos Manique da Silva | IE-UL  
Lígia Penim | IE-UL  
Ana Lúcia Fernandes | IE-UL  
Maria Neves | ULHT  
Raquel Pereira Henriques | FCSH-UNL; APH

Helena Ribeiro e Castro | IE-UL  
Manuela Rodrigues | IE-UL  
Anabela Teixeira | IE-UL; MNHNC  
Carlos Beato | IE-UL  
Patrícia Hansen | IE-UL

## SECRETARIADO

Alda Namora | IE-UL  
Lénia Pedro | IE-UL  
Patrícia Figueiredo | IE-UL  
Ana Isabel Almeida | IE-UL  
Gabriela Lourenço | IE-UL  
Zulmira Torres | IE-UL

Filomena Rodrigues | IE-UL  
Rúben Marreiros | IE-UL  
Bruno Almendra | IE-UL  
Ana Nabeiro | IE-UL  
António Marques | IE-UL  
Ana Rita Faria | IE-UL

## APRESENTAÇÃO

---

O **IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação** é dedicado ao tema «Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares» e realiza-se na Universidade de Lisboa, de 12 a 15 de julho de 2012. Este evento é organizado pelo Instituto de Educação e pela Universidade de Lisboa e promovido pela Secção de História da Educação (Portugal), pelo GT de História da Educação da ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e pela Sociedade Brasileira de História da Educação (Brasil). Este Congresso reúne centenas de investigadores e professores das comunidades científicas que, em ambos os países, se dedicam ao estudo de temáticas relacionadas com a História da Educação e que ao longo dos anos têm vindo a construir sólidos laços de intercâmbio científico, concretizados em projetos comuns.

Foi também nesta cidade de Lisboa que se realizou, pela primeira vez, o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em 1996. Assim, este evento científico regressa às margens do rio Tejo depois de ter percorrido um itinerário que passou por S. Paulo, Coimbra, Porto Alegre, Évora, Uberlândia, Porto e S. Luís do Maranhão, numa cadênciã que regularmente alternou entre cidades portuguesas e brasileiras.

Neste caminho que em conjunto temos vindo a percorrer, foram constituídas redes de investigação e grupos de pesquisa e desenvolvidas ações individuais de professores e investigadores que têm trabalhado intensamente para aproximar as duas comunidades, estabelecer relações institucionais e individuais de intercâmbio, troca de informações e projetos conjuntos. Os resultados têm-se substantivado na inventariação de novas fontes de estudo, na potencialização temática da História da Educação e na publicação de textos científicos em obras e periódicos de referência.

Desejamos que o IX Congresso seja mais um momento na construção deste percurso.

Bom trabalho!  
A Organização



## EIXOS TEMÁTICOS

---

O COLUBHE 2012 é subordinado ao tema Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares e tem dez eixos temáticos:

1. Espaços, tempos, quotidianos, sociabilidades escolares.
2. Instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores.
3. Rituais, símbolos, festas escolares.
4. Os professores e a sua formação: da arte de ensinar às ciências da educação.
5. Políticas educacionais, discursos pedagógicos, autobiografias.
6. Leitura e escrita: rituais, materialidades.
7. Património e museologia educativa: mobiliário, equipamento, materiais didáticos, iconografia.
8. Testemunhos orais e memórias da educação.
9. A historiografia da educação: contributos teóricos, abordagens metodológicas, fontes.
10. Internacionalização, circulação e comparação: sistemas, currículos, pedagogias.

Estas atas estão organizadas tendo por base estes eixos temáticos, reunindo as intervenções que se realizaram nas mesas coordenadas e nas comunicações individuais.



**UMA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS E DAS  
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO DE  
INFÂNCIA NUMA REGIÃO DO INTERIOR  
DE PORTUGAL – CARÇÃO-VIMIOSO**

---

*Manuel Luís Pinto CASTANHEIRA*

*Maria José Magalhães RODRIGUES*

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

PALAVRAS-CHAVE

**Educação de infância; Instituições  
educativas; Escolarização**

**ID: 550**



A educação de infância não é apenas um bem social e educativo. É também um bem cultural, porque a cultura pressupõe aprender ao longo da vida, requer curiosidade intelectual e capacidade de resolução de problemas, implica a usufruição estética inscrita no quotidiano, exige a radicalidade de uma postura ética. Cultura quer também dizer e reconhecer a existência de sociedades plurifacetadas, multiculturais, onde se afirma a diferença mas se garante a igualdade de oportunidades. É esta a realidade da sociedade pós-moderna portuguesa e, simultaneamente, a sua potencialidade. Daí considerarmos que a qualidade da educação de infância num país pode ser caminho para uma sociedade mais humana e mais justa. Considerando a educação de infância como o começo de um processo de educação e formação que se desenvolve ao longo de toda a vida, espelho do desenvolvimento de um país, relacionou-se a educação de infância com políticas de promoção das mulheres, de educação de adultos, de erradicação da pobreza e de descrever ampla e sistematicamente o notável esforço desenvolvido pelo governo português na promoção deste nível educativo.

Não obstante as diferentes designações que a Educação de Infância foi assumindo ao longo do tempo na História da Educação, bem como na legislação, quer de Portugal, quer de diferentes Países (Educação Infantil, Educação Pré-Escolar, Asilos Infantis, Creches, Escolas Maternais, Escolas Infantis, Jardins de Infância, Infantários), segundo Cardona (1997, p. 21) "...ao longo da sua evolução, podemos observar diversas oscilações em relação ao papel e à especificidade atribuída a este nível de ensino, podendo constatar-se a existência de diferentes concepções subjacentes à expressão Educação de Infância". Registam-se, em primeiro lugar, preocupações assistenciais ao longo dos séculos XVIII-XIX e mais recentemente preocupações educativas e socializadoras. Nos nossos dias, Vasconcelos (2003, p. 20) refere que

a escolha da terminologia – Educação e cuidados para a infância – pressupõem uma perspectiva integrada e coerente, implicando políticas articuladas comuns à faixa etária dos 0 aos 5/6 anos por parte do ministério que tutela a educação e não a partir dos 3 anos, tal como a legislação portuguesa prevê.

Também a OCDE (2001, p. 14) considera que

a educação e cuidados para a infância inclui todos os contextos que proporcionam cuidados e educação para as crianças antes do ingresso na escola obrigatória, independentemente do tipo de estabelecimento, horário de atendimento, financiamento, ou conteúdos programáticos. O período da pequena infância é, em geral, definido como abrangendo a faixa etária que vai dos 0 aos 8 anos de idade.

A opção por este tema na proposta desta pesquisa coloca-o como Educação formal destinada às crianças dos três aos seis anos de idade, antes da entrada na Escola Primária, hoje designada, Escola do Ensino Básico – 1º Ciclo.

Acreditamos que proporcionar uma educação pré-escolar como bem social, educativo e cultural, é um projeto de cidadania, reconhecendo o valor da infância e considerando as crianças como pequenas cidadãs de pleno direito, capazes de participar ativamente na melhoria da sociedade. Fá-lo-ão se assegurarmos desde a mais tenra idade uma real qualidade educativa para as instituições que as servem. Só assim o projeto do alargamento, expansão e desenvolvimento da educação de infância em Portugal se deverá constituir em «verdadeiro contacto mobilizador». Tentar perceber toda esta trama, é um exercício concreto, onde

a problematização é contínua, acompanhando o trabalho todo: é o movimento constante que vai do empírico á teoria e vice-versa, demandando a elaboração ou reelaboração de noções, conceitos, categorias de análise, porque tais elementos, por mais abstractos que

sejam, surgem de engajamentos empíricos e do diálogo com evidências (Vieira et al., 1989, p. 38).

Com este estudo procuramos inverter esta tendência valorizando a historiografia escolar local, evitando assim o erro de se considerar o nacional como um todo homogêneo. Felizmente que os estudos locais/regionais estão em franca expansão e são, no nosso entender, promotores de conhecimento científico sobre a criança e o seu desenvolvimento. A ideia de que a educação é direito de todos, inclusive, das crianças dos zero aos seis anos, tem contribuído para a expansão de estudos sobre Educação de Infância, um campo onde nos últimos anos tem havido um aumento de incursões, destacando-se entre outros as obras de Gomes (1977) e Cardona (1997).

Até ao início da década de sessenta a História da Infância e a História da Educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa, um cenário que parece mudar, após a publicação, em França (1960) e nos E.U.A (1962), do livro de Philippe Ariès, sobre a história social da infância e da família, intitulado *A criança e a vida familiar do Antigo Regime*.

A partir da publicação desta obra, verificou-se no seio dos historiadores da educação um manifesto interesse pelo tema da infância. Até então, segundo Finkelstein (1986, p. 21),

sólo muy pocos Historiadores han sido sistemáticos en una tentativa de conectar la Historia de la infancia y la formación de los niños con la Historia de la educación, centrándose en los aprendices y el aprendizaje como aspectos fundamentales en el estudio de la Historia educativa.

Para Ariès a História da Infância e a História da Educação estão relacionadas tanto conceptualmente como socialmente

la Historia de la infancia y la Historia de la educación estaban conectadas de modo inextricable, y en varios niveles. En primer lugar, estaban conectadas conceptual y psicológicamente. En segundo lugar, estaban relacionadas en el tiempo. En tercer y último lugar, estaban unidas social e institucionalmente. Tanto Ariès como De Mause enfatizaron la simultaneidad en el tiempo del descubrimiento o reconocimiento de la infancia moderna y de la aparición de instituciones protectoras donde cuidar y formar a la generación más joven (Finkelstein, 1986, p. 20).

Depois de organizar e analisar a bibliografia em torno desta problemática, Simonetta Ulivieri (1986) conclui que os Historiadores, até à década de oitenta, não privilegiavam a criança nas suas pesquisas. Segundo a autora, o enfoque da história social não chegou apenas com atraso, existiu, também, uma certa indiferença em relação ao tema, "muchas veces se relega la Historia de la familia al sector de estudios sociológicos, [...], la Historia de la infancia, en fin, aún no se han abordado directamente y a fondo, sino tan solo en artículos o estudios cronológicamente sectoriales" (Ulivieri, 1986, p. 48). E continua a afirmar, que não se estuda a crianca,

como objeto de examen histórico en sus condiciones reales de vida, que en muchos casos son condiciones de supervivencia.

Para esta autora, a falta de uma História da Infância e o seu registo historiográfico tardio "son un indicio 'de la incapacidad por parte del adulto de ver al niño en su perspectiva histórica, (...) cabe decir que, al no existir el niño con todas sus características infantiles, tampoco existía su Historia (Ibíd., p. 4848).

Somente nos últimos anos, o campo historiográfico rompeu com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, para abordar temas e problemas vinculados à história social. Narodowski (1994) centra as suas análises na relação entre infância, poder e Pedagogia,

na sua tese de doutoramento, publicada sob o título *Infância e poder: la conformación de la pedagogía moderna*. Identifica um núcleo de consenso entre os Historiadores acerca da definição de infância e defende que é um fenómeno histórico e não meramente natural, cujas "características no Ocidente Moderno podem ser esquematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção" (Narodowski, 1994, p. 73).

Vilhena (2002, p. 9) afirma que a cada momento histórico correspondem determinadas concepções de infância, modeladas pelas ideias filosóficas, políticas e religiosas predominantes, cujas raízes se encontram no passado e que por sua vez servirão de base para concepções futuras:

As concepções de família, maternidade ou infância que vigoram atualmente, no mundo ocidental, são produto de uma (re) construção destes conceitos, ao longo do tempo, pois estas não constituem realidades naturais e universais, existentes desde sempre, mas sim realidades históricas sujeitas a variações sociais e culturais.

Ariès (1978) refere que a infância como período específico, com direito a tratamento próprio esteve ausente durante grande período da História da Humanidade. Da mesma forma, em Portugal, são escassos os estudos sobre a criança antes dos sete anos de idade; as informações existentes estão dispersas e os dados estatísticos são pouco precisos.

Para um melhor enquadramento apresentamos alguns dados que consideramos importantes para o contexto deste estudo.

Podemos dizer que em Portugal a preocupação com a assistência social começou em 1458 com a criação das Misericórdias criadas pela rainha D. Leonor e estenderam-se por todo o país, tendo desempenhado ao longo dos tempos, até à atualidade, um importante papel no campo da assistência social e no campo pedagógico/educativo. No campo do apoio à infância destacamos os primeiros passos que foram dados através da organização e legalização da Roda dos Expostos que deram também uma importante resposta num determinado período da nossa história às crianças vítimas sociais. Expostos ou enjeitados eram as crianças abandonadas na "roda" ou lugares públicos. A Roda era um cilindro de madeira, granito ou de outro material, giratório aberto num local e colocado verticalmente nas portarias dos conventos ou outras instituições legalmente criadas. Em Portugal a Roda dos Expostos foi reconhecida oficialmente em 1783 por carta régia de 24 de Março de 1783 e criadas em todas as cidades e vilas do Reino. Mas apenas em 1852 é legalizado o abandono de crianças nas rodas; as Rodas dos Expostos são extintas em Portugal no ano de 1888.

Só em 1834 é criada a primeira Instituição para crianças "Sociedade das Casas de Asilo de Infância desvalida de Lisboa" com o objetivo de "dar proteção e educação às crianças pobres de ambos os sexos desde que tenham acabado a criação de leite" (Gomes, 1977, p. 20). Entre 1834 e 1897 foram criadas 12 destas casas. Em Bragança foi criado o Asilo Duque de Bragança no ano de 1867 destinado "a proteger, instruir e educar moral, civil e religiosamente as crianças desvalidas" (Diário de Lisboa 14.08.1867) que ainda hoje funciona, embora com outra designação. No ano de 1878 criaram-se em todo o país "Asilos de Educação" para crianças dos 3 aos 6 anos de idade. Só a partir da década de 1880 é que se começaram a designar de Jardim de Infância; No ano de 1880 é criado um Jardim de Infância no Porto – Colégio Pestalozzi e apenas em 1882 é criado um Jardim de Infância em Lisboa seguindo o método de Froebel. Em 1891 é obrigatória a existência de creches nas fábricas com mais de 50 trabalhadoras (decreto de Lei 10 de Fevereiro de 1890).

No período da 1ª República a Educação de Infância teve um franco desenvolvimento que viria a ser interrompido com o Estado Novo com a extinção de todas as instituições oficiais de Educação Pré-escolar em Portugal no ano de 1937. O Estado Novo, regime autoritário cujo lema era Deus, Pátria, Família, e que pouca ou nenhuma importância dava à educação e assistência pré-escolar ao não apoiar a criação de nenhum jardim de infância da rede pública, tendo entregue

esta faixa etária à obra das mães pela educação nacional que pouco mais faziam que distribuição de roupas pelas crianças pobres.

É neste contexto que em 1934 abre uma escola primária e em 1958 a pequena aldeia de Carção inaugura um Jardim de Infância particular.

Carção - localidade onde se desenvolve este estudo, trata-se de uma pequena aldeia do Concelho de Vimioso e Distrito de Bragança. A preocupação com as crianças até à idade de seis anos já vem de longe neste concelho. No ano de 1783 aparecem referências num mapa do estabelecimento onde se refere que se estabelecerão nas cidades e vilas as casas de enjeitados da Câmara de Miranda, entre várias refere-se que em Vimioso concorreram Outeiro, Algosos e São Ceriz. Em 1837 a Junta Geral do Distrito de Bragança delibera a criação de uma Roda de Expostos em cada sede de Concelho. Foi então que nesse ano se criou a Roda dos Expostos em Vimioso e Outeiro. Em 1851 são transferidos para Bragança um número significativo de expostos de Outeiro. Em 1853 o Concelho de Outeiro é extinto e a sua Roda é incorporada à de Bragança. Em 1870 dá-se a suspensão da roda de Vimioso. Em 1872 a Junta Geral do Distrito de Bragança extinguiu todas as rodas do Distrito, substituindo-as por uma, Roda-hospício a funcionar no Asilo Duque de Bragança e aprovou a proposta para a criação de uma creche anexa ao Asilo.

Carção era uma das freguesias mais populosas do Concelho de Vimioso, contando com perto de 2000 habitantes no ano de 1960. Era também uma das mais pobres, porque o solo montanhoso era pouco fértil. Mas, tinha tido os seus tempos áureos, altura em que apenas uma pequena parte da população vivia da agricultura. A outra parte dedicava-se à indústria manual dos curtumes, ao comércio com as povoações vizinhas e à recovagem, que chegava até à cidade do Porto. Camilo Castelo Branco refere-se por diversas vezes, nas suas obras, aos Recoveiros de Carção.

Porém, a indústria extinguiu-se quando os coiros começaram a ser preparados em fábricas mecânicas. O comércio foi regredindo, à medida que as povoações vizinhas abriram estabelecimentos e as feiras diminuíram de importância. A recovagem era feita em mulas e machos e carros-matos; veio depois a desaparecer com os novos meios de transporte como, por exemplo, o comboio, o camião e o autocarro. Desta forma, parte da população, certamente a melhor dotada e mais válida, deslocou-se com o seu comércio para as aldeias, vilas e cidades da Província e a outra parte para o Brasil, Argentina, África e outros pontos do globo. Na aldeia, ficaram somente os lavradores, e outras pessoas que, por, circunstâncias várias, de lá não puderam sair.

Assim, Carção que outrora tinha sido rica, pela sua indústria e grande comércio, viu-se sem estas fontes de riqueza e, conseqüentemente as novas gerações que não puderam emigrar começaram a viver pobremente. Houve porém uma numerosa família - Os Santos, mais conhecida pelos "Os Preparados" (8 irmãos: 5 rapazes e 3 raparigas), que tendo emigrado para o Brasil para onde levaram a indústria de curtumes e lá aperfeiçoaram, modernizaram e desenvolveram, tiveram melhor sorte e em pouco tempo, fizeram fortuna considerável. Três desses irmãos, - António Luís dos Santos, Comendador José António dos Santos e David dos Santos entregaram a fábrica do Brasil aos outros irmãos e sobrinhos, que para o Brasil tinham indo chamando, e regressaram definitivamente a Portugal e, embora fixassem residência em Lisboa, não esqueceram a sua terra natal - Carção. Demonstrando uma especial preocupação pela escolarização das suas gentes, e dando especial, atenção à frequência da escola pelo maior número de crianças, repararam que nessa altura, apesar de haver, em Carção, duas escolas, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino, reconheceram que as escolas que restavam estavam mal instaladas e mal apetrechadas e também eram insuficientes para a população em idade escolar. Por isso, em 1934 decididos a alterar a situação escolar da aldeia mobilizaram esforços e influências e com o apoio e participação do estado mandaram construir um magnífico edifício escolar com 4 amplas salas de aula com o melhor mobiliário e material escolar da altura e ofereceram

livros e roupas às crianças pobres. A população escolar aumentou imediatamente, mas não o suficiente no seu entender, pois havia ainda muitas famílias pobres que não enviavam os seus filhos à escola. Não resignados com a situação e fazendo tudo para alterá-la, criaram em 1941 a Cantina Escolar, que depois da Cantina de Alijó, foi a segunda do norte, tendo participado o Estado com a quantia de 200.000\$00, convertidos em fundos do Estado para que constituíssem com o seu juro, receita para a manutenção da cantina. A frequência escolar aumentou e as salas de aula que eram 2 passaram a 3 e depois a 4. Este sucesso deveu-se ao apoio assistencial que proporcionava às crianças pobres alimentação, calçado e vestuário, além do ensino primário. A família Santos cobria todos os anos o deficit da escola pois o juro das obrigações (10 600\$00) não chegava para a manutenção da cantina. No relatório de 1956/57 dessa escola, esse deficit foi coberto pelos donativos do Senhor comendador José António dos Santos com 7399\$00. A família Santos demonstrando especial atenção pelas crianças em idade escolar e não descansando com os seus atos de benemerência, reconhecendo que se o problema da idade escolar estava mais ou menos resolvido, não estava para as crianças desde que nascem até aos 2 anos e dos 3 aos 7 anos. Ao demonstrar preocupação por estes níveis etários, esta família estava a fazer história em Portugal. Por isso, julgaram absolutamente necessário ampliar a sua obra de Assistência e mais uma vez tomando a iniciativa rara de cooperação com o estado fundaram, no ano de 1955, o Centro de Assistência Social, designado por “Casa Religiosa de Nossa Senhora das Graças” e entregue à Congregação Religiosa Diocesana das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, criada no Distrito de Bragança pelo Bispo Da Diocese D. Abílio Vaz das Neves e aprovados os seus estatutos pela Direção Geral de Assistência Social. Com estatutos aprovados por despacho Ministerial e abrangendo os serviços assistenciais materno-infantil, fornecendo, no lactário leite às mães e crianças que precisavam, socorro urgente às crianças no domicilio, consultas para adultos e crianças no posto clínico e Creche para Lactantes. Foi inaugurada em 25 de Agosto de 1958 com internato para meninas dos 12 aos 20 anos e Escola Infantil para as crianças dos 3 aos 7 anos, a primeira escola infantil no Concelho de Vimioso. O projeto desta Instituição foi elaborado pelo engenheiro da Brigada Técnica da Direção Geral de Assistência e foi aprovado pela 8ª Secção do Conselho de Higiene e Assistência Social, tendo sido participado pelo Ministério das Obras Públicas. O programa de construção teve 2 fases e começou a ser construído no ano de 1960.

1º Fase:

- A Direção e Serviço Social - secretaria e arquivo, anexos para arrumações e sanitários; - Posto Clínico e Lactário, sala de espera, sala de consulta, lactário e distribuição; - Creche, entrada, registo, balneários e vestuário, dormitórios, sala de isolamento, sala de estar e de trabalho, capela e anexos; - Residência do pessoal, quartos para a Superiora e irmãs, sala de estar e refeições, sala de visitas e de trabalho, capela e anexos;

2ª Fase:

- Jardim de Infância, vestuário e balneário, dormitório, sala de estar e de refeições, escola maternal e anexos; - Patronato dormitório, sala de estar e de refeições, sala de trabalhos e escola, vigilantes e anexos;

O Jardim de Infância foi inaugurado com pompa e circunstância em 25 de Agosto de 1958 pelo Exmo. Senhor Bispo de Bragança - D. Abílio Vaz das Neves e pelo Comendador José António dos Santos e estando presentes as principais individualidades do Distrito. De referir que funcionou alguns anos numa casa adaptada, passando depois para um pavilhão contíguo à escola mandado construir pelo Comendador José António dos Santos enquanto a sede não era construída. De realçar que em 1960 a frequência do Jardim-de-Infância era de 100 crianças dos 3 aos 7 anos (“Centro de Assistência Social de Carção Vimioso” in *Mensageiro de Bragança*, Ano XIX, Nº 831, 2/9/1960:3).

A Casa Religiosa de Nossa Senhora das Graças encerrou por volta de 1967 com a saída das Irmãs Reparadoras de Jesus Sacramentado e o encerramento do Jardim de Infância.

Após encerrar esta instituição a aldeia de Carção ficou sem Jardim de Infância e passados 4 anos, no ano de 1971 foi fundada outra instituição com as mesmas características designada o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora das Graças pelo Padre Amândio Lopes e inaugurando também um Jardim-de-Infância.

Entretanto, no ano letivo 1976/77 abriu o Jardim-de- Infância Oficial do Ministério da Educação. Surgiram fortes rivalidades entre estas duas instituições devido à concorrência que se fazia sentir. Isto levou a que se encerrasse o Jardim de Infância oficial que viria a reabrir definitivamente no ano letivo 1978/79 com 40 crianças matriculadas e a frequentar o Jardim de Infância (*Mensageiro de Bragança*, Nº 1778, 9/11/1979:5). Estas duas instituições mantiveram-se a funcionar até aos dias de hoje.

No ano letivo de 1981/82 inauguraram-se os Jardins de Infância oficiais de Santulhão e Vilar Seco do Concelho de Vimioso. No ano letivo de 1982/83 inauguraram-se os Jardins-de- Infância oficiais de Vimioso e Pinelo. Depois da abertura de muitos Jardins de Infância na região, a partir da década de 80, começamos com outro problema que será objeto de estudo de outras investigações que é o problema da desertificação e as dificuldades que acarreta.

Concluimos, Carção é uma pequena aldeia Portuguesa igual a tantas outras, que passou pelas mesmas dificuldades que o resto do País ao longo dos tempos ou até ainda mais acentuadas. Gomes (1977, p. 128) refere que "...só há escola, só há vida intelectual organizada, onde as necessidades essenciais da vida estão satisfeitas". Esta terra conseguiu resolver as suas necessidades essenciais de vida e num período onde o estado não apoiava a criação de uma escola Nova como o Jardim de Infância, conseguiu não só abrir uma instituição destas características como alcançou ainda abrir e manter uma escola do 1º ciclo, proporcionando assim a todos os seus cidadãos, neste âmbito, as mesmas ou talvez melhores oportunidades que muitos Portugueses. Gomes considerava que "numa economia de subsistência, em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades quotidianas mais elementares, não há vagar, não há ócio, não há tempo livre, não há lazer, numa palavra não há escola" (Ibid., p. 128). Apesar de todas estas dificuldades, e levada por uma forte motivação ideológica, os cidadãos de Carção estavam conscientes das vantagens da Educação Pré-escolar para toda uma sociedade, elemento imprescindível para a sua afirmação e modernização. Assim, esta aldeia, contribuiu para as primeiras práticas de Educação de Infância no interior de Portugal. Não é apenas o crescimento económico e o aumento da produtividade que abrem escolas e prolongam a escolaridade. A escola não é apenas o espelho e o reflexo da sociedade, mas é e deve ser também o seu motor, "...sem esquecer que é a escola que permite o crescimento económico, pois esta não é possível sem conhecimentos científicos profundos e sem técnicas evoluídas que só a escola proporciona (Ibid. p. 129). Numa economia de subsistência em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades a escola é sempre posta em segundo plano, no entanto , neste caso específico, isso não aconteceu.

## **Referências**

### **Fontes Manuscritas**

#### **Arquivo Distrital de Bragança**

Atas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1836-1842, Gov. Civil, Cx. 204, Lv. .824;

Atas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1843-1853, Gov. Civil, Cx. 204, Lv. 825;

Atas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1843-1864, Gov. Civil, Cx. 204, Lv. 826;

Atas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1865-1872, Gov. Civil, Cx. 204, Lv. 827;

Diário do movimento de abandonados e expostos da Roda-hospício, 1873-1886, Gov. Civil, Cx. 200, Lv. 810;

Matrícula dos Expostos e Abandonados que derem entrada na Roda-hospício, 1873--1877, Gov. Civil, Cx. 199, Lv. 803;

Matrícula dos Expostos e Abandonados que derem entrada na Roda hospício, 1877--1880, Gov. Civil, Cx. 199, Lv. 804;

Matrícula dos Expostos e Abandonados que derem entrada na Roda hospício, 1880- ; -1882, Gov. Civil, Cx. 199, Lv. 805;

M1atrícula dos Expostos e Abandonados que derem entrada na Roda hospício, 1882--1884, GOV. Civil, Cx. 200, Lv. 806;

### **Câmara Municipal de Bragança**

Matrícula de expostos, 1818-1822;

Matrícula de expostos, 1834-1838;

Matrícula de expostos, 1839-1844;

Matrícula de expostos, 1844-1848;

Matrícula de expostos, 1848-1853;

Matrícula de expostos, 1853-1855;

Matrícula de expostos, 1855-1856;

Matrícula de expostos, 1858-1860;

Matrícula de expostos, 1860-1862;

Matrícula de expostos, 1862-1865;

Matrícula de expostos, 1865-1868;

Matrícula de expostos, 1872-1873

Folhas de vencimentos dos expostos, 1853-1857;

Folhas de vencimentos dos expostos, 1867-1862;

### **Fontes Impressas**

Código Philipino Ou Ordenações E Leis Do Reino De Portugal, Recopiladas Por Mandado D'El-Rey D. Philippe I., Decima-Quarta Edição, anotada por Cândido Mendes de Almeida, Typographia do Instituto Philomathico, Rio de Janeiro, 1870, edição fac-similada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985;

Instruções para o regulamento externo dos engeitados e subvencionados, 1872;

Ordenações do Senhor Rey D. Manuel, Coimbra Na Real Imprensa da Universidade, 1797, edição fac-similada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984;

Relatório Apresentado À Junta Geral do Districto de Bragança Pelo Governador Civil Jeronymo Barboza de Abreu e Lima, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1871;

Relatório Apresentado À Junta Geral do Districto de Bragança Pelo Governador Civil Thomaz António Ribeiro Ferreira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1873;

Relatório Apresentado À Junta Geral do Districto de Bragança Pelo Governador Civil Adriano José de Carvalho e Mello, Typographia do Jornal do Porto, 1875;

Relatório Annual da Comissão Inspector da Roda-hospício do Districto de Bragança, Primeiro Anno - 1873-1874;

Relatorio da Comissão Inspector da Roda-hospício de Bragança, relativo ao 'segundo trimestre do anno económico de 1873-1874;

Regulamento Geral da Roda-Hospício e Providencias Relativas ao Serviço dos Abandonados, Expostos e Subsidiados do Distrito de Bragança, 1'ypographia do Governo Civil de Bragança, 1873;

Tabella itineraria para as amas, que conduzirem crianças abandonados, nos termos do Pº 2º do artigo 20º deste regulamento, s/data.

## **Bibliografia**

- Ariès, P. (1978a). *A criança e a vida familiar do Antigo Regime*. Lisboa: Editora Relógios de Água.
- Ariès, P. (1978b). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Cardona, M. J. (1997). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial 1834.1990*. Porto: Porto Editora.
- Finkelstein, B. (1986). *La incorporación de la infancia a la Historia de la educación*. *Revista de Educación*, 281, 19-46.
- Gomes, J. F. (1977). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Kuhlmann, M. (1998). *Infância e Educação Infantil – Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Kuhlmann, M. (2002). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora.
- Narodowski, M. (1994). *Infancia y poder: la conformación de la Pedagogía moderna*. Buenos Aires: Editora Aique.
- OCDE (2001). *L'Enseignement Obligatoire face à l'Évolution de la Société*. Paris: OECD.
- Vasconcelos, T. M. (2003). *Ao redor da mesa grande – A prática educativa de Ana*. Porto: Porto Editora.
- Vieira, M. P. A. et al. (1989). *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática.
- Vilhena, I. F. (2002). *Institucionalização da Educação Pré-escolar em Portugal 1880-1950*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Ulivieri, S. (1986). Historiadores y sociólogos en busca de la infancia: apuntes para una bibliografía razonada. *Revista de Educación*, 281, 47-86.